

UNIPAR CARBOCLORO S.A.

CNPJ nº 33.958.695/0001-78

NIRE 35.300.454.758

Companhia Aberta

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 24 DE ABRIL DE 2026**

- I. Data, Horário e Local:** Realizadas no dia 24 de abril de 2026, às 8h30, no edifício da sede social da **Unipar Carbochloro S.A.**, localizado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“**Companhia**”).
- II. Convocação e Publicações:** Edital de Convocação publicado no jornal “Diário Comercial”, nos dias 24, 25 e 26 de março de 2026, nas páginas B10, B16 e B21, respectivamente e com divulgação simultânea na íntegra do mesmo jornal na internet nos dias 24, 25 e 26 de março de 2026, nas páginas digitais 37, 16 e 30, respectivamente. Adicionalmente, foram publicadas, no dia 20 de março de 2026, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria no jornal “Diário Comercial”, nas páginas B4, B6 e B6, e com divulgação simultânea na íntegra do mesmo jornal na internet nas páginas digitais 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10. Todos os documentos e informações referidas nesta ata foram previamente colocados à disposição dos acionistas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das S.A.**”), da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 81**”) e demais normas aplicáveis, na sede da Companhia e na rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (<https://ri.unipar.com/>), da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (www.b3.com.br).
- III. Presença:** Presentes (a) em **assembleia geral ordinária**, acionistas titulares de ações ordinárias representando 71,26% (setenta e um vírgula vinte e seis por cento) do capital social com direito de voto, e acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito representando 38,96% (trinta e oito vírgula noventa e seis por cento) do total de ações preferenciais de emissão da Companhia, e (b) em **assembleia geral extraordinária**, acionistas titulares de ações ordinárias representando 71,27% (setenta e um vírgula vinte e sete por cento) do capital social com direito de voto, e acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito representando 27,54% (vinte e sete vírgula cinquenta e quatro por cento) do total de ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme (i) assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, e (ii) mapa de votação sintético consolidado, divulgado pela Companhia em 24 de abril de 2026, preparado com base nos boletins de voto a distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, pela Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de escriturador das ações da Companhia, e também diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81 (“**Mapa Sintético**”). Verificado quórum suficiente, as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“**AGOE**”) foram instaladas regularmente em primeira convocação. Presentes, ainda, a Sra. Ana Claudia Monteiro Kan, representante da empresa de auditoria independente da Companhia, Ernst & Young Auditores

Independentes S.S. Ltda., para os fins do § 1º do artigo 134 da Lei das S.A.; o Sr. João Cláudio Zola, Presidente do Conselho Fiscal, na forma do artigo 164 da Lei das S.A.; e o Sr. Alexandre Jerussalmy, representante da administração da Companhia, os quais ficaram disponíveis para esclarecimentos a respeito das matérias objeto da AGOE.

- IV.** **Mesa:** Os trabalhos da AGOE foram presididos pelo Sr. Alexandre Jerussalmy, indicado pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, na forma do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, que convidou o Sr. André dos Santos Ferreira para secretariar os trabalhos.
- V.** **Ordem do Dia:** **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a ratificação da distribuição de dividendos já declarados; (iii) deliberar sobre a proposta de fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração, e eleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, desde que o item (viii) da ordem do dia seja aprovado, até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026, ou de 2 (dois) anos em caso de não aprovação do referido item, até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2027; (iv) deliberar sobre a eleição, dentre os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (v) fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2026; e (vi) na hipótese de haver pedido de instalação do Conselho Fiscal, fixar e eleger os respectivos membros, bem como fixar a sua remuneração. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (vii) deliberar sobre o Plano de Concessão de Ações Restritas – 2026 da Companhia; (viii) aprovar a alteração dos artigos 5º, 18, 22, 32, 33, 34, 36 do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração; (ix) sujeito à aprovação da deliberação constante do item (viii) acima, aprovar a destinação do saldo da reserva especial para dividendos, caso extinta; e (x) sujeito à aprovação da deliberação anterior, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.
- VI.** **Deliberações:** Após a verificação do quórum de instalação da AGOE, por unanimidade dos presentes e sem quaisquer reservas ou ressalvas, foi dispensada a leitura do Mapa Sintético, consoante o artigo 48, §4º, da Resolução CVM 81, uma vez que tal documento foi divulgado ao mercado e aos acionistas pela Companhia, além de ter ficado à disposição para consulta dos acionistas presentes. Além disso, por unanimidade dos acionistas presentes e sem quaisquer reservas ou ressalvas, **(i)** dispensou-se a leitura do Edital de Convocação, da Proposta da Administração e dos demais documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na AGOE, os quais foram divulgados pela Companhia na forma da legislação vigente e são de conhecimento dos acionistas presentes; e **(ii)** autorizou-se a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, § 1º e § 2º, da Lei das S.A. Na sequência, após o exame e discussão das matérias indicadas na Ordem do Dia, os acionistas presentes, abstendo-se os legalmente impedidos, deliberaram o quanto segue:

1. Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) aprovar, por maioria dos acionistas presentes com direito a voto, sem quaisquer reservas ou ressalvas, registradas as abstenções e votos contrários, conforme indicado no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria.

(ii) aprovar, por maioria dos acionistas presentes com direito a voto, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme indicado no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor total de R\$ 488.622.505,43 (quatrocentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e vinte e dois mil, quinhentos e cinco reais e quarenta e três centavos), nos seguintes termos:

(a) R\$ 20.666.831,70 (vinte milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta centavos) à reserva legal, observando o limite de 20% (vinte por cento) do valor do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.;

(b) R\$ 432.853.364,52 (quatrocentos e trinta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) à distribuição de dividendos, os quais já foram integralmente declarados e pagos pelo Conselho de Administração, sendo (b.1) R\$ 116.988.918,43 (cento e dezesseis milhões, novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e dezoito reais e quarenta e três centavos) referentes ao dividendo obrigatório, correspondendo a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado apurado no exercício social, distribuídos entre as diferentes espécies e classes de ações da Companhia, nos termos do artigo 33 do Estatuto Social, da seguinte forma: R\$ 38.363.342,31 (trinta e oito milhões, trezentos e sessenta e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e trinta e um centavos) às ações ordinárias; R\$ 2.610.483,04 (dois milhões, seiscentos e dez mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quatro centavos) às ações preferenciais classe “A”; e R\$ 76.015.093,08 (setenta e seis milhões, quinze mil, noventa e três reais e oito centavos) às ações preferenciais classe “B”; (b.2) R\$ 315.864.446,09 (trezentos e quinze milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e nove centavos) referentes a dividendos adicionais, divididos entre as classes de ações da seguinte maneira: o montante de R\$ 103.579.176,81 (cento e três milhões, quinhentos e setenta e nove mil, cento e setenta e seis reais e oitenta e um centavos) às ações ordinárias; o montante de R\$ 7.011.278,11 (sete milhões, onze mil, duzentos e setenta e oito reais e onze centavos) às ações preferenciais classe “A”; e o montante de R\$ 205.273.991,17 (duzentos e cinco milhões, duzentos e setenta e três mil, novecentos e noventa e um reais e dezessete centavos) às ações preferenciais classe “B”;

(c) R\$ 20.666.831,70 (vinte milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta centavos) à reserva especial de dividendos, nos termos do artigo 32, V, e seu §3º do Estatuto Social da Companhia; e

(d) R\$ 14.435.477,51 (quatorze milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos) à reserva para investimentos, nos termos do artigo 32, inciso VI, e do §4º do Estatuto Social da Companhia, para a realização de investimentos de interesse da Companhia e reforço do seu capital de giro. Adicionalmente, foi aprovada a ratificação da distribuição de dividendos intermediários já declarados e pagos, à conta de reserva de investimentos refletida nas demonstrações financeiras aprovadas, no montante de R\$ 667.146.635,48 (seiscentos e sessenta e sete milhões, cento e quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos), distribuídos entre as diferentes espécies e classes de ações da Companhia, nos termos dos artigos 32 e 33 do Estatuto Social da Companhia, da seguinte forma: (i) R\$ 218.772.641,80 (duzentos e dezoito milhões, setecentos e setenta e dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e oitenta centavos) às ações ordinárias; (ii) R\$ 14.388.155,26 (quatorze milhões, trezentos e oitenta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e vinte e seis centavos) às ações preferenciais classe “A”; e (iii) R\$ 433.985.838,42 (quatrocentos e trinta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos) às ações preferenciais classe “B”.

(iii) aprovar, por maioria de votos dos acionistas presentes com direito a voto, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme indicado no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, a proposta de fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração em 6 (seis) membros, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

Ato contínuo, nos termos do § 4º, inciso I do artigo 141 da Lei das S.A., foi aprovada, mediante votação em separado, por maioria dos votos dos acionistas titulares de ações ordinárias participantes, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme indicado no **Anexo I**, a eleição, como membro efetivo do Conselho de Administração, do Sr. **Luiz Barsi Filho**, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 2.287.623-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 006.541.838-72, com endereço comercial na Rua Libero Badaró, nº 425, 20º andar, CEP 01009-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Ademais, nos termos do § 4º, inciso II do artigo 141 da Lei das S.A., foi aprovada, mediante votação em separado, por maioria dos votos dos acionistas titulares de ações preferenciais participantes, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme indicado no **Anexo I**, a eleição, como membro efetivo do Conselho de Administração, da Sra. **Louise Barsi**, brasileira, solteira, contadora, portadora do RG nº 35.288.007-7 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 343.307.008-32, com endereço comercial na Rua Libero Badaró, nº 425, 20º andar, CEP 01009-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Fica consignado que os membros do Conselho de Administração eleitos em separado serão considerados independentes nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 80**”).

Em seguida, foram eleitos, por maioria, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme quantidade de votos indicada no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, como membros efetivos do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia: (1) o Sr. **Bruno Soares Uchino**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 102.044.021, inscrito no CPF sob o nº 011.066.477-93, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, 22º andar, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (2) o Sr. **João**

Guilherme de Andrade Só Consiglio, brasileiro, em união estável, economista, portador do RG nº 16.602.546-X SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 119.038.148-63, com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano, nº 1120, conjunto 121, CEP 04534-004, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (3) o Sr. **Sérgio Machado Terra**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 00092831395 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 021.366.707-00, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, 22º andar, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (4) o Sr. **Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador do RG nº 04.452.724-0 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 842.463.597-34, com endereço comercial Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, 22º andar, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Fica consignado, ainda, que a assembleia confirmou, sem quaisquer reservas ou ressalvas, que os membros ora eleitos indicados nos incisos (2) a (4) acima caracterizam-se como conselheiros independentes nos termos da Resolução CVM nº 80 conforme manifestação constante da proposta de administração.

Assim, passam a ser membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia os Srs. **Bruno Soares Uchino, João Guilherme de Andrade Só Consiglio, Sérgio Machado Terra, Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann, Luiz Barsi Filho e Louise Barsi**.

Os Conselheiros ora eleitos exercerão mandato pelo prazo de 1 (um) ano, considerando a aprovação do item (viii) da ordem do dia abaixo, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026, e tomarão posse nos seus cargos mediante apresentação do respectivo Termo de Posse e declaração, para os devidos fins e sob as penas da lei, de que **(i)** não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º, do artigo 147, da Lei das S.A.; **(ii)** não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que os tornem inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º, do artigo 147, da Lei das S.A.; **(iii)** atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecida no §3º, do artigo 147, da Lei das S.A.; **(iv)** não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, na forma do inciso I, do §3º, do artigo 147, da Lei das S.A.; e **(v)** não têm, nem representam interesse conflitante com o da Companhia na forma do inciso II, do §3º, do artigo 147, da Lei das S.A. Adicionalmente, os Conselheiros ora eleitos apresentarão, ainda, as declarações que comprovam o cumprimento das condições previstas no §3º, do artigo 147 da Lei das S.A., como estabelecido no §4º, do artigo 147 da Lei das S.A. e na Resolução CVM 80, assim como a declaração prevista na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021 (“**Resolução CVM 44**”).

(iv) aprovar, por maioria dos acionistas presentes com direito a voto, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme indicado no mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a eleição dentre os membros do Conselho de Administração acima eleitos, do Sr. **Bruno Soares Uchino**, acima qualificado como Presidente do Conselho de Administração. Em seguida, aprovar, por maioria dos acionistas presentes com direito a voto, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme indicado no mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a eleição dentre os membros do Conselho de

Administração acima eleitos, do Sr. **Luiz Barsi Filho**, acima qualificado, como Vice-Presidente do Conselho de Administração.

(v) aprovar, por maioria dos votos proferidos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, que a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o ano de 2026 seja fixada em até R\$ 43.141.142,00 (quarenta e três milhões, cento e quarenta e um mil e cento e quarenta e dois reais).

(vi) tendo em vista o pedido formulado por acionista titular de mais de 2% das ações ordinárias de emissão da Companhia e de mais de 1% das ações preferenciais de emissão da Companhia, nos termos dos votos dos acionistas presentes com direito a voto, sem quaisquer reservas ou ressalvas, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme indicado no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata. Foi aprovada, por maioria dos votos dos acionistas presentes com direito a voto, sem quaisquer reservas ou ressalvas, a fixação do número de membros do Conselho Fiscal em 5 (cinco) membros. Em seguida, passou-se à eleição de seus membros.

Nos termos do art. 161, § 4º, alíneas “a” e “b”, da Lei das S.A., foram eleitos para assumir os cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, (1) em eleição em separado dos acionistas minoritários, sem quaisquer reservas ou ressalvas, de acordo com mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, o Sr. **Felipe Camera Ruiz**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador do RG nº 23.761.890-4, inscrito no CPF sob o nº 221.252.258-40, com endereço na Alameda Franca, nº 801, apto. 41, Jardim Paulista, CEP 01422-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo do Conselho Fiscal, e o Sr. **Paulo Roberto Bellentani Brandão**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 30.748.392-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 308.840.788-09, com endereço na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, conj. 132-A, Cidade Jardim, CEP 01422-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como seu respectivo suplente; e (2) em eleição em separado pelos acionistas titulares de ações preferenciais, sem quaisquer reservas ou ressalvas, nos termos indicados no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, o Sr. **Paulo Henrique Zukanovich Funchal**, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 15.128.672-3 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 205.351.308-05, residente e domiciliado na Rua Batataes, nº 349, apartamento 112, CEP 01423-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo do Conselho Fiscal, e o Sr. **Ricardo José Martins Gimenez**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG nº 13.147.299, inscrito no CPF/MF sob o nº 103.381.768-61, com endereço na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, conj. 132-A, Cidade Jardim, CEP 05676-120, na cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, como seu respectivo suplente.

Ato contínuo, após a apresentação das respectivas candidaturas e informações pertencentes à assembleia, foram eleitos em eleição geral os seguintes membros do Conselho Fiscal, por maioria, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme indicado no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata: (1) o Sr. **João Cláudio Zola**, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 4.248.012 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 336.222.308-78, residente e domiciliado na Rua França Pinto, nº 756, apartamento 134, CEP 04016-003, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo, e o Sr. **Julio Cesar de Barros**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 6.440.294-0, inscrito no CPF sob o nº 933.820.578-91, com endereço na Rua Paris, nº 99,

Parque Arco Iris, CEP 12947-795, na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, como seu respectivo suplente; (2) o Sr. **Silvio de Sousa Pinheiro**, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB nº 17.046 OAB/BA, inscrito no CPF sob o nº 671.730.715- 34, com endereço comercial na Rua Manoel Andrade, nº 55, grupo 107, Empresarial Manoel Gomes de Mendonça, Pituba Ville, CEP 41810-815, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, como membro efetivo, e o Sr. **Bruno Tommasi Costa Caribé**, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB-BA nº 18.464, inscrito no CPF sob o nº 792.449.125-20, residente e domiciliado na Rua Wanderley de Pinho, nº 305, Itaigara, CEP 41815-270, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, como seu respectivo suplente; e (3) o Sr. **Domingos Espirito Santo Pereira Coutinho**, português, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro V256711-F CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF sob o nº 054.934.587-64, residente e domiciliado na Rua Bela Cintra, 1867 apartamento 12, CEP 01415-007, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo, e a Sra. **Maria da Paz de Vale e Azevedo Tierno Lopes**, portuguesa, solteira, advogada, portadora do RG nº 64.194.190-0, inscrita no CPF sob o nº 228.347.578-36, residente e domiciliada na Rua João Manuel 758, Cerqueira Cesar, CEP 01411-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como sua respectiva suplente.

Assim, o Conselho Fiscal da Companhia passa a ser composto pelos seguintes membros:

Membros efetivos do Conselho Fiscal	Membros suplentes do Conselho Fiscal
João Cláudio Zola	Julio Cesar de Barros
Silvio de Sousa Pinheiro	Bruno Tommasi Costa Caribé
Domingos Espirito Santo Pereira Coutinho	Maria da Paz de Vale e Azevedo Tierno Lopes
Felipe Camera Ruiz	Paulo Roberto Bellentani Brandão
Paulo Henrique Zukanovich Funchal	Ricardo José Martins Gimenez

Os membros efetivos do Conselho Fiscal tomarão posse dos respectivos cargos em até 30 (trinta) dias a contar desta data, após a assinatura dos respectivos Termos de Posse, os quais serão lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal da Companhia. Os conselheiros ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no art. 162 da Lei das S.A. para sua investidura como membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Em razão da instalação do Conselho Fiscal, aprovar, por maioria de votos dos acionistas presentes com direito a voto, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme indicado no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, que a remuneração dos membros titulares do Conselho Fiscal para o ano de 2026 corresponda a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída, mensalmente, a cada membro da Diretoria, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, sendo certo que os membros suplentes somente serão remunerados nos casos em que exercerem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária:

(vii) aprovar, por maioria de votos dos acionistas presentes, sem quaisquer ressalvas, nos termos indicados no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, o Plano de Concessão de Ações Restritas – 2026 da Companhia, conforme Anexo VI à Proposta da Administração, e a extinção, com efeitos a partir de 14 de julho de 2026, do Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia atualmente vigente, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de julho de 2022.

(viii) aprovar, por maioria de votos dos acionistas presentes, sem quaisquer reservas ou ressalvas, nos termos indicados no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, a alteração dos artigos 5º, 18, 22, 32, 33, 34 e 36 do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, observado que em relação ao art. 18, fica alterado apenas o caput, conforme indicado abaixo, em relação ao art. 22, foi aprovada a alteração indicada nos termos da Proposta da Administração com ajuste no parágrafo único com a redação indicada adiante. Consequentemente, os artigos alterados do Estatuto Social passam a vigorar com a redação abaixo:

“Artigo 5º – O capital social é de R\$ 1.170.109.718,07 (um bilhão, cento e setenta milhões, cento e nove mil, setecentos e dezoito reais, e sete centavos), dividido em 113.173.265 (cento e treze milhões, cento e setenta e três mil, e duzentas e sessenta e cinco) ações, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, divididas nas seguintes espécies e classes:

(i) 39.059.883 (trinta e nove milhões e cinquenta e nove mil, e oitocentas e oitenta e três) ações ordinárias;

(ii) 2.338.049 (dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, e quarenta e nove) ações preferenciais classe “A”; e

(iii) 71.775.333 (setenta e um milhões, setecentos e setenta e cinco mil, e trezentas e trinta e três) ações preferenciais classe “B”.”

“Artigo 18 – O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de 1 (um) ano, admitida a reeleição.” [...]

“Artigo 22 – Compete ao Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral e estratégica dos negócios da Companhia;

(ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia;

(iii) aprovar as propostas do Diretor Presidente relativas às atribuições dos Diretores sem designação específica, inclusive fixação dos respectivos âmbitos de responsabilidade;

(iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

- (v) *convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada por lei ou por este Estatuto, a Assembleia Geral Extraordinária;*
- (vi) *manifestar-se sobre o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras da Companhia e a proposta de distribuição de resultados, a serem submetidas à Assembleia Geral;*
- (vii) *escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;*
- (viii) *definir os critérios gerais de remuneração e de benefícios dos administradores e colaboradores da Companhia e das sociedades sob seu controle;*
- (ix) *fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e, de acordo com os parâmetros propostos pelo Presidente do Conselho de Administração, fixar a remuneração do Diretor Presidente e, por recomendação deste, dos demais membros da Diretoria;*
- (x) *estabelecer os critérios de distribuição entre Conselheiros e Diretores, da participação a eles atribuída pelo presente estatuto nos lucros sociais;*
- (xi) *deliberar sobre (a) a emissão de ações de qualquer espécie ou classe ou de bônus de subscrição, observados, em ambos os casos, o capital autorizado, fixando os termos e condições aplicáveis às respectivas emissões, bem como sobre (b) a outorga de opção a administradores, empregados ou pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de sociedade sob o seu controle;*
- (xii) *deliberar sobre a emissão de notas promissórias ou de debêntures simples, não conversíveis em ações, nos termos da regulamentação em vigor;*
- (xiii) *autorizar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável, bem como declarar dividendos, com base nos lucros e/ou reservas apurados nas demonstrações financeiras anuais, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observados os limites legais e as disposições deste Estatuto Social;*
- (xiv) *autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como a alienação das respectivas ações mantidas em tesouraria;*
- (xv) *aprovar o Regimento Interno e demais políticas e normas de conduta interna da Companhia;*
- (xvi) *constituir e definir as respectivas atribuições de comitês e comissões técnicas ou de aconselhamento responsáveis por elaborar propostas ou recomendações ao Conselho de Administração;*

(xvii) *aprovar as propostas da Diretoria relativas aos orçamentos anuais de operação de capital e financiamento e a planos plurianuais de investimento;*

(xviii) *estabelecer, em ato formalizado pelo Conselho de Administração, o limite de competência para a Diretoria firmar contratos de qualquer natureza e objeto, atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, celebração de acordos, renúncia e direitos, aquisição, permuta, alienação, por qualquer forma, de bens e direitos, cabendo a aprovação do Conselho de Administração nos casos em que o valor ultrapasse o limite que for definido ou nas hipóteses expressamente previstas nos incisos abaixo;*

(xix) *aprovar a celebração de contratos cujo prazo de vigência inicial seja igual ou superior a 5 (cinco) anos, sempre que o valor das obrigações assumidas pela Companhia seja maior que a metade do Valor de Referência, exceto aqueles que tenham por objeto a venda ou o fornecimento de produtos ou serviços pela Companhia;*

(xx) *aprovar a celebração de contratos de aquisição ou de fornecimento de produtos ou serviços pela Companhia com compromissos de consumo de volume mínimo (incluindo contratos com cláusulas take-or-pay ou equivalentes), sempre que o valor do contrato seja maior que a metade do Valor de Referência;*

(xxi) *deliberar sobre a constituição, aquisição ou aumento de participação, direta ou indireta, da Companhia em outras sociedades ou empreendimentos, incluindo subsidiárias, fundos de investimento, consórcios ou joint ventures, bem como a celebração, alteração ou rescisão de acordos de acionistas, quotistas, contratos de aquisição de participações societárias ou quaisquer instrumentos equivalentes, acessórios ou aditivos relacionados a tais sociedades ou empreendimentos;*

(xxii) *em relação a sociedades ou empreendimentos de que a Companhia participe, direta ou indiretamente, aprovar: (a) a alienação ou redução de participações, no todo ou em parte; (b) a dissolução ou liquidação; (c) o exercício ou renúncia de direito de preferência à subscrição de ações ou debêntures conversíveis; (d) a indicação dos representantes da Companhia nos órgãos de administração; e (e) a transformação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra reorganização societária;*

(xxiii) *aprovar projetos de expansão, modernização ou criação de plantas industriais, pela Companhia ou suas controladas, cujos investimentos previstos sejam superiores ao Valor de Referência;*

(xxiv) *autorizar criação de gravames ou oneração de quaisquer bens ou direitos da Companhia em valor individual ou agregado ao longo de um exercício social superior a 2 (duas) vezes o Valor de Referência, desde que não previstos no orçamento anual da Companhia;*

(xxv) *aprovar operações com instrumentos de derivativos de qualquer natureza, observado que*

a celebração de contratos e instrumentos acessórios destinados a viabilizar posterior realização dessas operações não estão sujeitas à prévia aprovação do Conselho de Administração;

(xxvi) autorizar a Diretoria a (a) levantar balanços extraordinários da Companhia; (b) contratar com os acionistas ou administradores da Companhia, ou com sociedades em que tais acionistas ou administradores tenham interesse; e (c) prestar caução, avais ou fianças em garantia de obrigações de terceiros, observado sempre o interesse social da Companhia;

(xxvii) recomendar ou propor à Assembleia Geral (a) a dissolução e liquidação da Companhia, bem como (b) a cisão parcial ou total da Companhia, sua fusão, a incorporação da Companhia, ou de suas ações, por outra sociedade ou a incorporação de outra sociedade, ou de suas ações, pela Companhia; e

(xxviii) manifestar-se sobre os casos omissos neste Estatuto Social.

Parágrafo único – *Para efeitos deste Estatuto, o Valor de Referência será definido anualmente pelo Conselho de Administração, na primeira reunião realizada imediatamente após a divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social imediatamente anterior.”*

Artigo 32 – *O lucro do exercício terá, obrigatoriamente, a seguinte destinação:*

(i) a participação dos empregados nos lucros ou resultados, respeitados os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados e observadas as disposições legais;

(ii) a participação dos administradores no lucro social em valor até o teto legal admitido;

(iii) 5% (cinco por cento) para formação de fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;

(iv) pagamento de dividendo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por ações preferenciais Classe “A”, dividendo a ser entre elas rateado igualmente; se o montante do dividendo obrigatório de que trata o Artigo 33 exceder dos dividendos prioritários das ações preferenciais classe “A”, o excesso será aplicado na seguinte ordem:

(a) pagamento de dividendo às ações ordinárias e às ações preferenciais classe “B” até 10% (dez por cento) calculado sobre a parcela do capital social constituída pelas ações ordinárias e pelas ações preferenciais Classe “B”, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, observado os direitos e vantagens atribuídos a cada espécie de ações; e

(b) distribuição do dividendo adicional a todas as ações, ordinárias e preferenciais, observados os direitos e vantagens atribuídos a cada espécie de ações.

(v) o saldo restante poderá ser levado, por proposta dos órgãos da administração, à reserva para investimentos (§3º), observado que eventual montante não destinado à referida reserva terá a

destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observada a proposta do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º – A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Artigo 33.

Parágrafo 2º – O Conselho de Administração deliberará sobre a forma de distribuição, entre Conselheiros e Diretores, da participação nos lucros a eles atribuída na conformidade deste artigo.

Parágrafo 3º - A reserva para investimentos a que se refere o inciso V do “caput” deste artigo terá por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. Para fins de clareza, a reserva também poderá ser servir, no todo ou em parte, a outras finalidades previstas em lei, tais como capitalização, absorção de prejuízos e/ou distribuição de dividendos aos acionistas.

Parágrafo 4º - O saldo da reserva a que se refere o inciso V do “caput” e das demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderão ultrapassar o valor do capital social.

Parágrafo 5º - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tiverem sido postos à disposição do acionista, revertendo em favor da Companhia, que poderá redistribuí-los.”

“Artigo 33 – *A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404, de 15/12/1976.*

Parágrafo 1º – O dividendo obrigatório compreende o dividendo prioritário das ações preferenciais classe “A”.

Parágrafo 2º – Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante, com recursos de lucros do exercício em formação e/ou reservas de lucros, incluindo a reserva para investimentos; o valor do dividendo antecipado imputado ao dividendo obrigatório será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício, podendo o valor a compensar ser atualizado monetariamente. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.

Parágrafo 3º – O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do Art. 9º da Lei nº 9.249/95, poderá ser imputado, pelo seu valor líquido, ao valor do dividendo obrigatório de que trata o “caput” deste artigo, conforme faculta o § 7º do Art. 9º da referida lei.”

“Artigo 34 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração dividendos à conta de lucros ou de reservas de lucros (incluindo a reserva para investimentos), apurados em balanços patrimoniais anuais ou semestrais, bem como com base nos lucros apurados em balanço levantado em períodos que não o anual ou semestral, observadas as limitações legais. Os dividendos assim declarados poderão ser imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 33 deste Estatuto Social.”

“Artigo 36 – Os dividendos deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário pelo órgão competente, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.”

(ix) aprovar, por maioria de votos dos acionistas presentes, sem quaisquer reservas ou ressalvas, nos termos indicados no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, a destinação do saldo da reserva especial de dividendos à reserva para investimentos, em decorrência da extinção da reserva especial de dividendos nos termos da alteração do artigo 32 do Estatuto Social aprovada no item (viii) acima.

(x) aprovar, por maioria de votos dos acionistas presentes, sem quaisquer reservas ou ressalvas, nos termos indicados no mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar conforme redação constante do **Anexo II** à presente ata.

VII. Mapa Final de Votação Resumido: A Companhia informa que, em cumprimento ao artigo 22, § 5º, da Resolução CVM nº 80, os números e percentuais de votos a favor, contra e as abstenções para cada uma das matérias objeto da ordem do dia acima deliberadas constam do mapa de votação conforme **Anexo I**, que é parte integrante da presente ata.

VIII. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a AGOE, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros e por todos os acionistas presentes.

IX. Assinaturas: Mesa: Sr. Alexandre Jerussalmy, Presidente; Sr. André dos Santos Ferreira, Secretário. Acionistas presentes fisicamente: Vila Velha S.A. – Administração e Participações (p.p. Sérgio de Carvalho Machado); Luiz Barsi Filho (p.p. Michele da Silva Gonsales); Locuncatu Serviços Financeiros Ltda. (p.p. Sérgio de Carvalho Machado) e Itamar Braga de Moura Filho. Participantes que votaram por meio de voto a distância na Assembleia Geral Ordinária: TRIGONO POWER & YIELD FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, TRIGONO GUAPORÉ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, TRIGONO VERBIER MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, GLOBAL X SUPERDIVIDEND UCITS ETF, ALDINO BEAL, JOSE ANTONIO GEZES, ANTONIO FRANCISCO PAIVA, INTERNATIONAL MONETARY FUND, DORIVAL APARECIDO GALON, RICARDO RUBIDO ALONSO, JOAO VITOR MORETO FERNANDES, LUIS FREDERICO FELIX DA SILVA, ALTAMIR SANTOS FILHO, CALIFORNIA STATE

TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, UMBERTO RAFAEL DE MENEZES FILHO, STATE ST
GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS, MERCER QIF FUND PLC,
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, LEGAL & GENERAL
COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF
OHIO, VALMIR PASSI, TIAGO CARNEIRO MENDES, JOAO CARLOS GONZALES, EMILIO
CARLOS RODRIGUEZ FAJIN, MARCIO FORTUNA GARCES DE MENEZES, JOSE LUIZ
ROQUE, JUNIOR FERNANDES DA SILVA, JOSIVALDO JOSE DOS ANJOS, ANDREAS
EGISTO ORELLI, VINICIUS MELLO DO LIVRAMENTO, ROGERIO DE ARAUJO TEIXEIRA,
WALDEMAR FERNANDES SERRA, LOUISE BARSIS, LEANDRO AMANCIO DA SILVA,
LARISSA BATISTA, DEUCIMAR SOUZA SAMPAIO, SALVADOR FERNANDES DE JESUS
JUNIOR, JULIANO BATISTA BENEDETTO, RAFAEL RODRIGUES DE JESUS, JOSE
ARNALDO SANTOS DE SOUZA JUNIOR, THOMAS MAGNO DE JESUS SILVEIRA,
FRANCISCO DE ASSIS DIAS, MARCO GIOVANI ZANCANELLA, HSBC ETFS PLC H MSCI
E M S C ESG U ETF BC BNP PARIBAS BR SA, JOSE HENRIQUE DE ARRUDA MOURA E
SILVA, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, LOS
ANGELES COUNTY EMPLOYEES RET ASSOCIATION, ISHARES V PUBLIC LIMITED
COMPANY, ISHARES EMERGING MARKETS DIVIDEND ETF, VANGUARD F. T. C. INST.
TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF,
ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY
INDEX NON-LENDABLE FUND, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS
EMERGING MARK, ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF,
VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, CALIFORNIA
PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND,
THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, VANGUARD TOTAL WORLD
STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, THRIFT SAVINGS PLAN, MSCI EMERGING MARKETS
EX CHINA IMI INDEX FUND, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, NORTHERN
TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND, SPDR SP EMERGING
MARKETS SMALL CAP ETF, VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF, FIDELITY
SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND, THE UNITED NATIONS JOINTS
STAFF PENSION FUND, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F., ST ST MSCI
EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND, SSGA SPDR ETFS
EUROPE I PLC, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES CORE MSCI
EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, ALLIANZ
GL INVEST GMBH ACTING ON BEH OF ALLIANZGI-FONDS NBP, SPARTAN GROUP
TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SP, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, STATE
STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO, ALBERTO RIBEIRO DA
MOTTA, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER, ISHARES
GLOBAL MONTHLY DIVIDEND INDEX ETF (CAD-HEDGED), AMERICAN CENTURY ETF
TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS
EMERGING MARK, SERGIO YUKIO OGATA, EMERGING MARKETS SMALL
CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, STATE OF NEW MEXICO STATE INV.
COUNCIL, IBM 401 (K) PLUS PLAN, STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS
PLANS, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F,

GUSTAVO ALBERTO FONSECA TEIXEIRA, AMERICAN CENTURY ICAV, JOANITO SOLTOSKI, NORTHERN TRUST COMMON ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MAR, RAFAEL SOARES MELERO, JOSE RIBAMAR NERY RODRIGUES JUNIOR, ALCIDES ALBERTO DE CAMARGO, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, RAM (LUX) SYSTEMATIC FUNDS, CARLOS ROGERIO CAMPESTRINI, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS EMERGING MARKET, MARCOS DUPIN COUTINHO, ALUISIO MENDES DA ROCHA FILHO, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, CELIA MARIA FERRAZ CARVALHO MOTTA, ANTONIO RODRIGUES TACIDELLI, MAIRON ATILIO ARCENO, BNYM MELLON CF SL ACWI EX-U.S.IMI FUND, THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA, VERONIQUE MARIE MATHILDE CLAVERIE, ANTONIO LAUDECI MANTOVANI, CARLOS BRUNO PIUCCI GARCIA SA, JULIANO MAIA LOPES E OU, VIRGINIA PAULA DE CARVALHO LOPES, THALES ALBERTO MARCHESAN, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, ROSEMARY ANDRADE COSTA REIS, SIDNEY MAURY SENTONA, GEISLER EVANGELISTA DE OLIVEIRA, EDUARDO DE LORENZO NOGUEIRA, TATIANE CRISTINA PSCHIEDT, THIAGO DO AMARAL GOMES, OSCAR CHAVES NETO, RENAN TICIANELLI GONCALVES, CARLOS EDUARDO SARAIVA SUGUINO, VITOR MARCELO M DE OLIVEIRA, JULIO CELSO NOGUCHI, MARCELO RADAELLI, ANDRE CARNEIRO DE ALBUQUERQUE SANTANA, ROBERTO ROSSELINE M S FILHO, ANDRESA DE SOUZA BRAZ, LEVIR ITSURU OGUSUKO, SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F, MARCELL DA COSTA FERREIRA GAMEIRO, PAULO ROBERTO THOMAZI, SPDR S&P EMERGING MARKETS EX-CHINA ETF, MOISES NUNES DE OLIVEIRA, MARCELO KOGA BERTOLINO, LUCAS BRAUN MAIA, FRANCO CLEIDSON FONSECA OLIVEIRA, CELSO ROBERTO LEITE, CLAUDINEI GALANI PEREIRA, FREDERICO BOTASSO DE OLIVEIRA, MAYCON LINE A FERREIRA, FERNANDO DE AZEVEDO MONTEIRO, LUCIANA ANDRADE GUIMARAES, JOSE ROBERTO LIMA CARDOSO, CONNOR CLARK & LUNN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, RICARDO COSME VARGAS SILVA, AIRTON VANDERLEI VON AH, JONAS AGNEZI, RICARDO DONIZETI DE TOLEDO, ARLEY ANTUNES PEREIRA, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, RODOLFO MOLNAR SILVA, GLAUBER ALVES DE BRITO, VALDECIR NELSON HASS, KAROL COSMA DE CAMARGO, JOAO PAULO DA ROCHA, EUPOLEMO HOLANDA DE CASTRO, DANIEL GRAVALOS, YURI ZHIVAGO DE ALENCAR MAGALHÃES, ROSELAINÉ MOTOYAMA LOURENCO, RODRIGO SHOJI NAKANO, MARCO AURELIO MARTINS DA COSTA, LEANDRO ANDRE LERMEN, GERMAN ALONSO BENITEZ MONSALVE, FLAVIO OLIVEIRA SOARES, ABMAEL DA SILVA CARDOSO, FRANCISCO DE ASSIZ NUNES DA SILVA, RAFAEL RENELO PUOPOLO, LUCIANA MARIA JORDAO INACIO, DANILO MACHADO FONTENLA, WESLEY FERNANDES QUEIROZ, TACITO BRENO GOMES E SILVA, BRUNO JORDAO INACIO, LUCAS TAVEIRA FAVERO, DANIEL LANNES POUBEL, MARINA CATARINO DE JESUS, JOSE LUIZ MECHIA FERNANDES, FERNANDO MENDES COIMBRA DE MENDONCA, LUCAS LIMA DA SILVA, FELLIPPE GUSTAVO BHRER, FELIPE OSORIO MARQUES FERREIRA, THIAGO DA SILVA FREITAS, GLEDSON MARTINS ARAUJO, ARDENACHEILES CAMPOS PASSOS, MARIA SUELEN DA CRUZ TAVARES SOUZA,

ELAINE RODRIGUEZ DE SOUZA, ANNE KAROLINE GONCALVES VARANDAS DOS SANTOS, FABRICIO ANDRE TEIXEIRA, FELIPPE SCAGION SOARES DE ALMEIDA, DANYANNE AZEVEDO EVANGELISTA, FRANCISCO CARLOS DO NASCIMENTO SOBRAL FO, FLAVIO DE VASCONCELOS SILVA, ALEXANDRE LUIS BASSETO SCHERRER, BRUNO ZEQUINI ABE, BRENO OTTONI FRAGIORGE, THAILSON DE ALMEIDA SILVA, MARIA NILZA TEIXEIRA DA CRUZ, LAUDELINA JORGE XAVIER, WAGNER CRUZ WEBER, RODRIGO VERLAINE RIBEIRO DE SOUZA, JULIANO PASQUALON, ANA PAULA KEMPINSKI DE MEDEIROS, ALDO DA SILVA MAIA, CRISTIAN EDUARDO WEBER, PABLO MARANHÃO CASUSA, SIDNEY RIUDY NAKANISHI, JAMILSON MATHIAS DA SILVA, CHRISTIANO DAVID DEL RIO DE OLIVEIRA, IRAN SENA DA SILVEIRA, DANIELA CRISTINA TOMAZ ROSA, BRUNO MENEZES PEREIRA, RUAN VALLIM VIVEIROS, JOAO PAULO STARON, MARCELO EMERSON BATISTA, GABRIEL TEIXEIRA SILVA, PEDRO RODRIGUES CAMPOS SOARES, GERALDO MARQUES DE OLIVEIRA JU, FERNANDA RISHTER LOURENCO ABOU RIZK, ENOC FRANCISCO DOS SANTOS FILHO, ALEXANDRE MARQUES SOARES, RAFAEL KRUEL GAMBARRA, MARCO ANTONIO BANDEIRA MENEZES, SAMUEL FELIPE DA SILVA GOMES, ROBERTO MOREIRA DA SILVA, LORRANE TEIXEIRA MENDES CARNEIRO, MARCIAL LOPES FILHO, VANESSA DE MORAES CORREIA, ASSIS ROGERIO GOMES DA SILVA PAULO, EDUARDO SOUZA ALVES, GILBERTO ANTONIO DE MELLO, VINICIUS SANTINI STIVALI, EDERSON MENDES BATISTA, MICHEL CARNEIRO DE SOUZA, MARCOS ANTONIO DA SILVA RODRIGUES CARVALHO, ALEXANDRE FAGHERAZZI, YAGO HENRIQUE PADOVAN CHIO, VITOR PAULO BERGAMO ZANATTA, CHOGO IRAHA, ALEXANDRE DA SILVEIRA FONTES, GLOBAL X SUPERDIVIDEND ETF, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, THRIFT SAVINGS PLAN, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM, TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, SANTIAGO SANTOS GOTTSCHALL, NUEVO SUMATRA ACOES FDO DE INVESTIMENTO, EDGAR BANDEIRA MOURAO, LUIZ MARCHETTI FILHO, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, SEBASTIAO DE SOUSA ALMEIDA, ALASKA PERMANENT FUND, PAULO ROBERTO SAMOGIN, LEONARDO CAJUEIRO D AZEVEDO, ANDRE VIEIRA BRANCO, JOSE RICARDO LOPES MACHADO, PAULO MARTINI, CC&L Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP, JOSE ROBERTO RODRIGUES JUNIOR, VALDECI DA SILVA BRITO, EVERTON LUIZ RODRIGUES DO PATROCINIO, SILVANA ANTUNES FERREIRA, LUCIANA FIGUEIREDO DE SOUZA CESARETTI, IGOR RAMOS DE OLIVEIRA, FELIPE AULER THOMAZI, VICTOR MARTIN SABATER, JOSE GERALDO DE ALMEIDA JUNIOR, ILFRAN LOPES GONCALVES, ADEMIR BRAGA DE MORAES, GUILHERME HOLANDA BEZERRA, LUIZ ALEXANDRE DE ALMEIDA MACEDO, GUSTAVO ORLANDO DE TONI DALLA VALLE, VANDERLEI SOUZA SILVA, MARCELO PEREIRA SETTE, MARCOS FERNANDO SARAIVA DE MATTOS, GUSTAVO DE OLIVEIRA ROMUALDO DA SILVA, IAGO LUAN DOS SANTOS DE SOUSA, EDSON GOMES MARTINS QUADRADO, MATEUS HENRIQUE NERY DE SANTANA, MARCELO BRAGA DE CASTRO, MANOEL AUGUSTO CORDEIRO SILVEIRA, ANDRE LUIS PINHEIRO. Participantes que votaram por meio de voto a

distância na Assembleia Geral Extraordinária: ALTAMIR SANTOS FILHO, JOSE LUIZ ROQUE, JUNIOR FERNANDES DA SILVA, JOSIVALDO JOSE DOS ANJOS, ANDREAS EGISTO ORELLI, VINICIUS MELLO DO LIVRAMENTO, ROGERIO DE ARAUJO TEIXEIRA, WALDEMAR FERNANDES SERRA, LOUISE BARSÍ, LEANDRO AMANCIO DA SILVA, LARISSA BATISTA, DEUCIMAR SOUZA SAMPAIO, SALVADOR FERNANDES DE JESUS JUNIOR, JULIANO BATISTA BENEDETTO, MARCIAL LOPES FILHO, GERMANO PAULO VENCESLAU DE LIMA, LUCAS DA SILVA CORDEIRO, VANESSA DE MORAES CORREIA, ASSIS ROGERIO GOMES DA SILVA PAULO, EDUARDO SOUZA ALVES, GILBERTO ANTONIO DE MELLO, VINICIUS SANTINI STIVALI, EDERSON MENDES BATISTA, MICHEL CARNEIRO DE SOUZA, MARCOS ANTONIO DA SILVA RODRIGUES CARVALHO, ALEXANDRE FAGHERAZZI, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, SANTIAGO SANTOS GOTTSCHALL, NUEVO SUMATRA ACOES FDO DE INVESTIMENTO, LUIZ MARCHETTI FILHO, ALASKA PERMANENT FUND, LEONARDO CAJUEIRO D AZEVEDO, JOSE ROBERTO RODRIGUES JUNIOR, VALDECI DA SILVA BRITO, IGOR RAMOS DE OLIVEIRA, VICTOR MARTIN SABATER, JOSE GERALDO DE ALMEIDA JUNIOR, ILFRAN LOPES GONCALVES, ADEMIR BRAGA DE MORAES, GUILHERME HOLANDA BEZERRA, LUIZ ALEXANDRE DE ALMEIDA MACEDO, GUSTAVO ORLANDO DE TONI DALLA VALLE, MARCELO PEREIRA SETTE, MARCOS FERNANDO SARAIVA DE MATTOS, IAGO LUAN DOS SANTOS DE SOUSA, EDSON GOMES MARTINS QUADRADO, ANDRE LUIS PINHEIRO

São Paulo, 24 de abril de 2026.

Certifico que a presente ata confere com a original lavrada em livro próprio.

Mesa:

Alexandre Jerussalmy
Presidente

André dos Santos Ferreira
Secretário

UNIPAR CARBOCLORO S.A.

CNPJ nº 33.958.695/0001-78

NIRE 35.300.454.758

Companhia Aberta

**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026**

Mapa Final de Votação Resumido



AGO

Mapa Final de Votação Resumido

24 de abril de 2026

Relações com Investidores

<https://ri.unipar.com/>

ri@unipar.com

Av. Presidente Juscelino Kubitschek 1.327, 22º andar CEP 04543-011 São Paulo/SP - BRASIL

Mapa Final de Votação Resumido
UNIPAR CARBOCLORO S.A. - 33.958.695/0001-78
UNIPAR - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
24/04/2026 08:30

1. [BVD Nº 1] Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
27.782.016	22.189.555	70	5.592.391

2. [BVD Nº 2] Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a ratificação de distribuição de dividendos já declarados, conforme a Proposta da Administração.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
27.782.016	27.759.596	70	22.350

3. [BVD Nº 3] Deseja que o Conselho de Administração seja composto por 6 (seis) membros efetivos, conforme a Proposta da Administração?

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
27.782.016	27.724.839	26.927	30.250

4. [BVD Nº 11] Indicação de candidatos ao conselho de administração por acionistas minoritários detentores de ações com direito a voto

1. Luiz Barsi Filho			
ON (M-3)	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
5.688.409	5.688.265	144	0

5. [BVD Nº 13] Indicação de candidatos ao conselho de administração por acionistas detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito

1. Louise Barsi			
PN (M-3)	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
17.981.937	17.981.925	12	0

6. [BVD Nº 5] Indicação de todos os nomes que compõem a chapa
Chapa Unica
Bruno Soares Uchino
João Guilherme de Andrade Só Consiglio
Sergio Machado Terra
Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
22.093.378	22.093.228	0	150

7. Indicação de candidatos a presidente do conselho de administração.

1. Bruno Soares Uchino			
ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se

Mapa Final de Votação Resumido
UNIPAR CARBOCLORO S.A. - 33.958.695/0001-78
UNIPAR - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
24/04/2026 08:30

27.658.228	27.658.228	0	0
-------------------	-------------------	----------	----------

8. Indicação de candidato a vice-presidente do conselho de administração.

1. Luiz Barsi Filho			
ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
27.658.228	27.658.228	0	0

9. [BVD Nº 15] Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2026.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
27.782.016	27.729.352	13	52.651

10. [BVD Nº 17] Caso o Conselho Fiscal seja instalado, fixar a composição em 5 (cinco) membros.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
27.782.016	27.758.029	23.737	250

11. [BVD Nº 19] Indicação de candidatos ao conselho fiscal por acionistas minoritários detentores de ações com direito a voto

1. Felipe Camera Ruiz / Paulo Roberto Bellentani Brandão			
ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
5.665.388	5.664.764	624	0

12. [BVD Nº 20] Indicação de candidatos ao conselho fiscal por acionistas detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito

1. Paulo Henrique Zukanovich Funchal / Ricardo José Martins Gimenez			
PN	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
26.278.358	26.049.399	13.589	215.370

13. Chapa Única
João Cláudio Zola / Julio Cesar de Barros
Silvio de Sousa Pinheiro / Bruno Tommasi Costa Caribé
Domingos Espirito Santo Pereira Coutinho / Maria da Paz de Vale e Azevedo Tierno Lopes

Indicação de todos os nomes que compõem a chapa

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
22.093.008	22.093.008	0	0

14. [BVD Nº 18] Na hipótese de haver instalação do Conselho Fiscal, fixação da sua remuneração conforme a Proposta da Administração.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
27.782.016	27.759.079	487	22.450



AGE

Mapa Final de Votação Resumido

24 de abril de 2026

Relações com Investidores

<https://ri.unipar.com/>

ri@unipar.com

Av. Presidente Juscelino Kubitschek 1.327, 22º andar CEP 04543-011 São Paulo/SP - BRASIL

Mapa Final de Votação Resumido
UNIPAR CARBOCLORO S.A. - 33.958.695/0001-78
UNIPAR - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
24/04/2026 08:30

1. [BVD Nº 1] Aprovar o Plano de Concessão de Ações Restritas – 2026 da Companhia e a extinção, com efeitos a partir 14 de julho de 2026, do Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia atualmente vigente, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de julho de 2022, nos termos da Proposta da Administração.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
27.783.031	27.677.978	51.439	53.614

2. [BVD Nº 2] Aprovar a alteração dos artigos 5º, 18, 22, 32, 33, 34 e 36 do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
27.783.031	22.163.705	492	5.618.834

3. [BVD Nº 3] Sujeito à aprovação da deliberação anterior, aprovar a destinação do saldo da reserva especial de dividendos , caso extinta, com a sua reclassificação para a reserva para investimentos

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
27.783.031	22.163.697	22.703	5.596.631

4. [BVD Nº 4] Sujeito à aprovação da deliberação anterior, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
27.783.031	22.163.708	22.692	5.596.631

UNIPAR CARBOCLORO S.A.

CNPJ nº 33.958.695/0001-78

NIRE 35.300.454.758

Companhia Aberta

**ANEXO II À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026**

Estatuto Social Consolidado

ESTATUTO SOCIAL DA
UNIPAR CARBOCLORO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.958.695/0001-78
NIRE 35.300.454.758

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º – A **UNIPAR CARBOCLORO S.A.** é uma companhia que se rege pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto (i) a indústria, comércio, importação e exportação de soda cáustica, cloro e produtos químicos derivados, e também a importação e exportação de quaisquer outros produtos fabricados/comercializados por terceiros, inclusive produtos agrícolas de qualquer natureza e derivados, que sejam do interesse da Companhia; (ii) a prestação de serviços relacionados às atividades descritas no item anterior; (iii) a representação, por conta própria ou de terceiros, de sociedades nacionais e estrangeiras; (iv) a participação como sócia ou acionista de outras sociedades, direta ou indiretamente, inclusive por meio de fundos de investimento; e (v) armazenagem de matérias-primas, insumos e produtos semiacabados.

Artigo 3º – A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 1.170.109.718,07 (um bilhão, cento e setenta milhões, cento e nove mil, setecentos e dezoito reais, e sete centavos), dividido em 113.173.265 (cento e treze milhões, cento e setenta e três mil, e duzentas e sessenta e cinco) ações, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, divididas nas seguintes espécies e classes:

- (i) 39.059.883 (trinta e nove milhões e cinquenta e nove mil, e oitocentas e oitenta e três) ações ordinárias;
- (ii) 2.338.049 (dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, e quarenta e nove) ações preferenciais classe “A”; e
- (iii) 71.775.333 (setenta e um milhões, setecentos e setenta e cinco mil, e trezentas e trinta e três) ações preferenciais classe “B”.

Artigo 6º – Nas deliberações da Assembleia Geral, cada ação ordinária dará direito a um voto.

Artigo 7º – As ações preferenciais da Companhia dividem-se em 2 (duas) classes, com os seguintes

direitos e vantagens:

- (i) Ações Preferenciais classe "A" – recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária;
- (ii) Ações Preferenciais classe "B" – (a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e (b) recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Parágrafo 1º – As ações preferenciais classes "A" e "B" não terão direito a voto.

Parágrafo 2º – As ações preferenciais classe "B" poderão, por deliberação da Assembleia Geral, ser convertidas em ordinárias ou em outra classe de preferenciais que vier a ser criada.

Parágrafo 3º – As ações preferenciais da classe "A" poderão, à vontade do acionista, ser convertidas em igual número de ações preferenciais da classe "B".

Parágrafo 4º – Enquanto não efetivada a conversão total das ações preferenciais da classe "A" em "B", considerar-se-á, para efeito de representação do capital social, a posição de cada uma dessas classes declarada em Assembleia Geral.

Artigo 8º – A Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o valor correspondente a R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), observados os seguintes limites quanto às espécies e classes de ações:

- (i) ações preferenciais classe "A" não excederão o limite fixado no inciso (ii) do Artigo 5º deste Estatuto;
- (ii) até 2/3 (dois terços) do capital social serão representados por ações preferenciais; e
- (iii) o restante do capital social será representado por ações ordinárias.

Parágrafo Primeiro – As deliberações do Conselho de Administração sobre a emissão de ações serão transcritas no livro próprio, e estabelecerão, entre outros termos:

- (i) a quantidade, a espécie e a classe de ações objeto da emissão;
- (ii) se a subscrição será pública ou particular;
- (iii) as condições de integralização em moeda, bens ou direitos, o valor e o prazo ou datas de pagamento das prestações, que deverão constar do Boletim de Subscrição;
- (iv) os valores fixos mínimos pelos quais as ações poderão ser colocadas ou subscritas; e

(v) o prazo para exercício do direito de preferência para subscrição das ações, se aplicável.

Parágrafo 2º – A não realização pelo acionista, nas condições previstas no Boletim de Subscrição, de qualquer prestação correspondente às ações subscritas importará de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, na constituição do acionista em mora, sujeitando-se o mesmo ao pagamento do valor da(s) prestação(ões) vencida(s), atualizada(s) monetariamente, pelos índices de atualização dos débitos fiscais, multa de 5% (cinco por cento) e juros de 6% (seis por cento) ao ano sobre o total da dívida. Na hipótese acima a Companhia poderá à sua escolha promover a execução do acionista ou determinar a venda das ações em Bolsa de Valores, por conta e risco do acionista inadimplente.

Artigo 9º – Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para subscrição do aumento de capital.

Parágrafo 1º – O disposto neste artigo não se aplica aos aumentos de capital mediante emissão de ações destinadas a:

- (i) venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública;
- (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; e
- (iii) subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

Parágrafo 2º – Quando os acionistas tiverem direito de preferência à subscrição, o prazo de exercício desse direito não será inferior a 30 (trinta) dias a contar da primeira publicação da ata da deliberação social que aprovar o respectivo aumento de capital.

Artigo 10 – No limite do capital autorizado a Companhia poderá:

- (i) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral com base em proposta do Conselho de Administração, e por deliberação deste, outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, podendo o Conselho de Administração delegar a execução do plano a um Comitê cujos membros serão por ele designados dentre os administradores da Companhia; e
- (ii) por deliberação do Conselho de Administração, emitir bônus de subscrição de ações do capital social, com ou sem direito de preferência para os antigos acionistas.

Parágrafo 1º – A proposta de outorga de opção de compra de ações será lavrada em livro próprio e conterá:

- (i) a quantidade, a espécie e a classe das ações com a indicação do titular do direito de opção;
- (ii) o prazo ou a época para seu exercício; e
- (iii) o preço de aquisição das ações objeto da opção, ou os critérios de sua determinação.

Parágrafo 2º – A deliberação sobre a emissão de bônus de subscrição estabelecerá:

- (i) as condições de sua alienação ou a outorga pela Companhia, inclusive eventual exclusão do direito de preferência nas hipóteses de colocação mediante venda em Bolsa de Valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle;
- (ii) a quantidade, a espécie e a classe das ações objeto da emissão; e
- (iii) os critérios de determinação do preço de emissão das ações, o prazo para o exercício do direito e os demais requisitos legalmente fixados para emissão de títulos.

Artigo 11 – A Companhia deverá:

- (i) completar, dentro de 15 (quinze) dias do pedido do acionista ou interessado, os atos de registro, averbação, conversão ou transferência de ações; e
- (ii) promover o registro nas contas de ações escriturais, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da respectiva ata de Assembleia Geral, das ações correspondentes ao aumento de capital mediante incorporação de lucros ou reservas, ou subscrição.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 12 – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada, com observância dos preceitos legais:

- (i) pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua iniciativa ou a pedido de 2 (dois) de seus membros, com a indicação da Ordem do Dia;
- (ii) por dois ou mais membros do Conselho de Administração que tenham, com observância do disposto no inciso anterior, pedido ao Presidente do Conselho a convocação da Assembleia, se este não promover a publicação do Aviso de convocação dentro de 10 (dez) dias do recebimento do pedido; e
- (iii) pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas nos casos previstos na lei.

Artigo 13 – A Assembleia será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar.

Parágrafo 1º – Na ausência do Presidente do Conselho ou de sua indicação, a Assembleia será instalada por qualquer um dos administradores, membros do Conselho Fiscal ou acionistas que tenham assinado o Aviso de Convocação, cabendo aos acionistas presentes eleger o Presidente da Mesa.

Parágrafo 2º – O Presidente da Mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Parágrafo 3º – Caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa a condução dos trabalhos relacionados à eleição de membros do Conselho de Administração.

Artigo 14 – Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, de que constarão seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

Parágrafo 1º – A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º – Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após a sua instalação poderão participar da reunião, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

Artigo 15 – Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:

- (i) até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia Geral:
 - (a) todos os acionistas deverão enviar à Companhia declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares a partir de, no máximo, 2 (dois) dias antes da Assembleia Geral; e
 - (b) os acionistas representados por procuradores deverão enviar à Companhia a respectiva procuração;
- (ii) os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no inciso anterior:
 - (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador;
 - (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração;
 - (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (b) deste inciso, a ele relativos; e
- (iii) os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no inciso (i), dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º – A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe forem feitas,

vedada, contudo, a participação na Assembleia de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante.

Parágrafo 2º – Verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral não estavam corretamente representados ou não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à Companhia notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.

Artigo 16 – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 17 – A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo único – O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada e a representação da Companhia caberá privativamente aos Diretores.

Artigo 18 – O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de 1 (um) ano, admitida a reeleição.

Parágrafo 1º – O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos administradores eleitos, mediante assinatura dos respectivos termos de posse.

Parágrafo 2º – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria são dispensados da prestação de garantia de gestão.

Parágrafo 3º – Os membros do Conselho de Administração não podem ser eleitos para a Diretoria, ou indicados para a Diretoria de suas controladas.

Seção I Conselho de Administração

Artigo 19 – O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, sendo um deles o Presidente do Conselho de Administração, e outro, o Vice-Presidente, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado, sendo permitida a reeleição, de acordo com os termos deste Estatuto.

Parágrafo 1º – A Assembleia Geral poderá eleger suplentes, em número limitado ao dos conselheiros eleitos, vinculados ou não a conselheiros efetivos específicos.

Parágrafo 2º – Em caso de ausência, os membros do Conselho de Administração serão substituídos a

critério do respectivo membro: (a) por seu suplente específico; ou (b) por um outro conselheiro efetivo ou por um suplente que não tenha sido eleito como suplente específico, previamente indicado pelo ausente, que poderá proferir voto em seu nome.

Parágrafo 3º – No caso de vacância no cargo de conselheiro, não havendo suplente, o Conselho de Administração elegerá tantos substitutos quantos forem os cargos vagos, que exercerão seu mandato provisoriamente, até a próxima Assembleia Geral que for realizada, cumprindo o novo titular o restante do mandato.

Artigo 20 – O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos pela Assembleia Geral por maioria de votos dos presentes.

Parágrafo 1º - O Presidente do Conselho de Administração terá as seguintes atribuições, além daquelas legalmente aplicáveis a qualquer membro do Conselho de Administração:

- (i) coordenar as atividades do Conselho de Administração;
- (ii) convocar as assembleias gerais de acionistas, observado o disposto no Artigo 12 deste estatuto;
- (iii) organizar e coordenar, com a colaboração da Secretaria do Conselho de Administração, a pauta e o calendário das reuniões do Conselho de Administração;
- (iv) assinar, quando necessário, correspondências, convites e manifestações, observado o disposto neste estatuto e no regimento interno do Conselho de Administração;
- (v) acompanhar o desenvolvimento das atividades estratégicas da Companhia, interagindo com os membros da administração, participando de reuniões e videoconferências, bem como da análise de documentos e materiais internos sobre temas estratégicos ou relevantes que lhe sejam encaminhados, contribuindo com recomendações para assegurar a coerência das decisões da Diretoria com a estratégia de longo prazo da Companhia, conforme definida pelo Conselho de Administração;
- (vi) supervisionar, por meio de apresentações periódicas realizadas pela Diretoria, a execução das atividades relacionadas ao planejamento geral e à execução das estratégias de curto, médio e longo prazo da Companhia, conforme os objetivos e os interesses da Companhia estabelecidos pelos acionistas e pelo Conselho de Administração;
- (vii) participar de reuniões com os membros da Diretoria para o acompanhamento estratégico dos negócios da Companhia, mediante comunicação prévia;
- (viii) auxiliar na definição da governança, da periodicidade e dos níveis de interação entre a Diretoria, os comitês e o Conselho de Administração da Companhia;
- (ix) exercer a função de interlocutor do Conselho da Administração com os demais órgãos e

colaboradores da Companhia;

- (x) definir as metas da Diretoria, observadas as orientações gerais e estratégicas fixadas pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 22, inciso (i), deste estatuto;
- (xi) propor os parâmetros para a remuneração do Diretor Presidente e, por recomendação deste, a remuneração dos demais membros da Diretoria;
- (xii) conduzir o processo de avaliação do Diretor Presidente da Companhia;
- (xiii) auxiliar na gestão de cargos estratégicos da Companhia, inclusive por meio de recomendações a respeito da seleção, contratação, avaliação, retenção e demissão de diretores da Companhia;
- (xiv) supervisionar a condução dos planos de sucessão dos membros da Diretoria da Companhia, tomando as medidas cabíveis;
- (xv) fomentar a colaboração e as sinergias entre as direções da Companhia e de suas subsidiárias, controladas e coligadas, inclusive encaminhando questões ao Conselho de Administração da Companhia e aos respectivos comitês;
- (xvi) convocar, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer conselheiro, membro de Comitês, Diretor, colaborador internos e externos da Companhia, bem como quaisquer outras pessoas que detenham informações relevantes ou cujos assuntos, constantes da pauta, sejam pertinentes à sua área de atuação;
- (xvii) decidir sobre a participação de suplentes e terceiros como ouvintes em reuniões do Conselho de Administração;
- (xviii) desempenhar, quando aplicáveis, atividades de prospecção e avaliação de negócios estratégicos para o futuro da Companhia;
- (xix) auxiliar na originação e no acompanhamento de novas oportunidades de negócios e operações estratégicas para a Companhia, sem prejuízo das competências da Diretoria; e
- (xx) fazer recomendações ao Conselho de Administração e à Diretoria quanto à gestão da Companhia, no que diz respeito a resultados, alocações de recursos entre unidades de negócios e fluxo de caixa, a fim de assegurar que a gestão esteja alinhada com os objetivos e interesses aprovados pelo Conselho de Administração e pelos acionistas da Companhia.

Parágrafo 2º – Para o desempenho de suas atribuições, o Presidente do Conselho de Administração poderá contar com o apoio dos demais membros do Conselho, conforme a área de atuação e especialidade de cada um, para discutir temas relevantes para a Companhia.

Parágrafo 3º – Em caso de vacância ou ausência temporária do cargo de Presidente do Conselho, seu sucessor, nessa função, será (a) o membro efetivo por ele indicado ou (b) o Vice-Presidente, em caráter

provisório, se não houver indicação.

Artigo 21 – O Conselho de Administração reunir-se-á, pelo menos 6 (seis) vezes por ano, realizando outras reuniões sempre que se fizer necessário.

Parágrafo 1º – As reuniões serão sempre convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante comunicação escrita, da qual deverá constar a pauta, encaminhada aos Conselheiros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 2º – Será dispensado o interregno de que trata o parágrafo anterior, quando a reunião contar com a presença da totalidade dos membros do Conselho.

Parágrafo 3º – A reunião do Conselho poderá instalar-se com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 4º – Serão considerados presentes à reunião os Conselheiros que dela participarem por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita sua identificação e a comunicação simultânea com os demais presentes.

Parágrafo 5º – As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos, cabendo voto de qualidade ao Presidente. Caso este esteja ausente ou impedido, e inexistindo indicação de substituto na forma do parágrafo único do Artigo 20, o voto de qualidade caberá ao Vice-Presidente.

Parágrafo 6º – Das reuniões do Conselho serão lavradas atas no livro próprio, assinadas por todos os presentes.

Artigo 22 – Compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral e estratégica dos negócios da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (iii) aprovar as propostas do Diretor Presidente relativas às atribuições dos Diretores sem designação específica, inclusive fixação dos respectivos âmbitos de responsabilidade;
- (iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (v) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada por lei ou por este Estatuto, a Assembleia Geral Extraordinária;
- (vi) manifestar-se sobre o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras da Companhia e a proposta de distribuição de resultados, a serem submetidas à Assembleia Geral;
- (vii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

- (viii) definir os critérios gerais de remuneração e de benefícios dos administradores e colaboradores da Companhia e das sociedades sob seu controle;
- (ix) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e, de acordo com os parâmetros propostos pelo Presidente do Conselho de Administração, fixar a remuneração do Diretor Presidente e, por recomendação deste, dos demais membros da Diretoria;
- (x) estabelecer os critérios de distribuição entre Conselheiros e Diretores, da participação a eles atribuída pelo presente estatuto nos lucros sociais
- (xi) deliberar sobre (a) a emissão de ações de qualquer espécie ou classe ou de bônus de subscrição, observados, em ambos os casos, o capital autorizado, fixando os termos e condições aplicáveis às respectivas emissões, bem como sobre (b) a outorga de opção a administradores, empregados ou pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de sociedade sob o seu controle;
- (xii) deliberar sobre a emissão de notas promissórias ou de debêntures simples, não conversíveis em ações, nos termos da regulamentação em vigor;
- (xiii) autorizar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável, bem como declarar dividendos, com base nos lucros e/ou reservas apurados nas demonstrações financeiras anuais, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observados os limites legais e as disposições deste Estatuto Social;
- (xiv) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como a alienação das respectivas ações mantidas em tesouraria;
- (xv) aprovar o Regimento Interno e demais políticas e normas de conduta interna da Companhia;
- (xvi) constituir e definir as respectivas atribuições de comitês e comissões técnicas ou de aconselhamento responsáveis por elaborar propostas ou recomendações ao Conselho de Administração;
- (xvii) aprovar as propostas da Diretoria relativas aos orçamentos anuais de operação de capital e financiamento e a planos plurianuais de investimento;
- (xviii) estabelecer, em ato formalizado pelo Conselho de Administração, o limite de competência para a Diretoria firmar contratos de qualquer natureza e objeto, atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, celebração de acordos, renúncia e direitos, aquisição, permuta, alienação, por qualquer forma, de bens e direitos, cabendo a aprovação do Conselho de Administração nos casos em que o valor ultrapasse o limite que for definido ou nas hipóteses expressamente previstas nos incisos abaixo;
- (xix) aprovar a celebração de contratos cujo prazo de vigência inicial seja igual ou superior a 5 (cinco)

anos, sempre que o valor das obrigações assumidas pela Companhia seja maior que a metade do Valor de Referência, exceto aqueles que tenham por objeto a venda ou o fornecimento de produtos ou serviços pela Companhia;

- (xx) aprovar a celebração de contratos de aquisição ou de fornecimento de produtos ou serviços pela Companhia com compromissos de consumo de volume mínimo (incluindo contratos com cláusulas *take-or-pay* ou equivalentes), sempre que o valor do contrato seja maior que a metade do Valor de Referência;
- (xxi) deliberar sobre a constituição, aquisição ou aumento de participação, direta ou indireta, da Companhia em outras sociedades ou empreendimentos, incluindo subsidiárias, fundos de investimento, consórcios ou joint ventures, bem como a celebração, alteração ou rescisão de acordos de acionistas, quotistas, contratos de aquisição de participações societárias ou quaisquer instrumentos equivalentes, acessórios ou aditivos relacionados a tais sociedades ou empreendimentos;
- (xxii) em relação a sociedades ou empreendimentos de que a Companhia participe, direta ou indiretamente, aprovar: (a) a alienação ou redução de participações, no todo ou em parte; (b) a dissolução ou liquidação; (c) o exercício ou renúncia de direito de preferência à subscrição de ações ou debêntures conversíveis; (d) a indicação dos representantes da Companhia nos órgãos de administração; e (e) a transformação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra reorganização societária;
- (xxiii) aprovar projetos de expansão, modernização ou criação de plantas industriais, pela Companhia ou suas controladas, cujos investimentos previstos sejam superiores ao Valor de Referência;
- (xxiv) autorizar criação de gravames ou oneração de quaisquer bens ou direitos da Companhia em valor individual ou agregado ao longo de um exercício social superior a 2 (duas) vezes o Valor de Referência, desde que não previstos no orçamento anual da Companhia;
- (xxv) aprovar operações com instrumentos de derivativos de qualquer natureza, observado que a celebração de contratos e instrumentos acessórios destinados a viabilizar posterior realização dessas operações não estão sujeitas à prévia aprovação do Conselho de Administração;
- (xxvi) autorizar a Diretoria a (a) levantar balanços extraordinários da Companhia; (b) contratar com os acionistas ou administradores da Companhia, ou com sociedades em que tais acionistas ou administradores tenham interesse; e (c) prestar caução, avais ou fianças em garantia de obrigações de terceiros, observado sempre o interesse social da Companhia;
- (xxvii) recomendar ou propor à Assembleia Geral (a) a dissolução e liquidação da Companhia, bem como (b) a cisão parcial ou total da Companhia, sua fusão, a incorporação da Companhia, ou de suas ações, por outra sociedade ou a incorporação de outra sociedade, ou de suas ações, pela Companhia; e
- (xxviii) manifestar-se sobre os casos omissos neste Estatuto Social.

Parágrafo único – Para efeitos deste Estatuto, o Valor de Referência será definido anualmente pelo Conselho de Administração, na primeira reunião realizada imediatamente após a divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Seção II Diretoria

Artigo 23 – A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, incluindo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e 4 (quatro) Diretores sem designação específica.

Parágrafo 1º – Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária realizada dentro de 30 (trinta) dias da data da assembleia que eleger os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º – Nas eleições para a Diretoria, o Conselho de Administração poderá estabelecer a cumulação de funções por um ou mais Diretores.

Parágrafo 3º – No caso de impedimento ou ausência temporária dos Diretores, inclusive do Diretor Presidente, caberá a este último a indicação do respectivo substituto entre os demais Diretores.

Parágrafo 4º – Em caso de vacância de cargo de Diretor com designação específica, o Conselho de Administração será convocado nos 10 (dez) dias seguintes para preencher o cargo vago, sendo possível a cumulação de cargos entre os Diretores, e o substituto eleito exercerá o cargo pelo prazo remanescente do respectivo mandato.

Artigo 24 – Compete à Diretoria, além das demais atribuições previstas na Lei e no Estatuto Social:

- (i) a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, observados os limites e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior;
- (ii) o acompanhamento e avaliação dos negócios da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia participe do capital social direta ou indiretamente, ou empreendimentos, inclusive consórcios, e geração de relatórios para o Conselho de Administração;
- (iii) a apresentação do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ao Conselho de Administração; e
- (iv) a formulação de propostas de objetivos e metas da Companhia e sua atuação nas sociedades de cujo capital participe direta ou indiretamente, ou empreendimentos, inclusive consórcios, a serem aprovadas pelo Conselho de Administração, que constem ou não dos Planos Plurianuais e Programas de Ações Anuais da Companhia.

Parágrafo 1º – Os atos que se destinem a produzir efeitos perante terceiros – incluindo, sem limitação, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, perante instituições públicas ou privadas; a abertura, movimentação e extinção de contas bancárias – serão praticados por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, ou por dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo 2º – Os procuradores da Companhia serão constituídos por instrumento de mandato firmado por dois de seus Diretores, que especificará de forma precisa e completa, a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula *ad judicium et extra*, cuja validade poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo 3º – A Diretoria poderá autorizar a representação da Companhia por um único diretor ou um procurador constituído especialmente, discriminando, na ata da reunião, a finalidade e limite dos poderes outorgados.

Artigo 25 – Compete ao Diretor Presidente:

- (i) dirigir, orientar e coordenar as atividades da Companhia e dos demais Diretores;
- (ii) promover a execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e
- (iv) formular as propostas de atribuições, âmbitos de responsabilidade e programas de ação dos Diretores sem designação específica, a serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 26 – Compete ao Diretor Financeiro, entre outras funções que lhe venham a ser atribuídas:

- (i) dirigir, orientar e coordenar às operações financeiras da Companhia, zelando pela escrituração contábil de suas atividades e pela administração das obrigações fiscais da Companhia;
- (ii) assegurar a elaboração do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras da Companhia.

Artigo 27 – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, entre outras funções que lhe venham a ser atribuídas:

- (i) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais autarquias e instituições que regulam e fiscalizam o mercado de capitais;
- (ii) prestar as informações necessárias aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM

e atender às demais exigências dessa regulamentação; e

- (iii) zelar pelo cumprimento da legislação aplicável, das normas regulamentares expedidas pela CVM e da política de divulgação de informações e negociação da Companhia.

Artigo 28 – Sem prejuízo de suas atribuições estatutárias, os Diretores sem denominação específica desempenharão as funções que lhes forem cometidos pelo Conselho de Administração no ato de sua eleição.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 29 – A Companhia terá um Conselho Fiscal, com as atribuições da lei, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo único – O Conselho Fiscal não funcionará permanentemente, mas somente será instalado a pedido dos acionistas, nos termos da lei.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DE LUCROS

Artigo 30 – O exercício social terminará a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 31 – Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício.

Parágrafo único – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação ou constituição de reservas, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 32 – O lucro do exercício terá, obrigatoriamente, a seguinte destinação:

- (i) a participação dos empregados nos lucros ou resultados, respeitados os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados e observadas as disposições legais;
- (ii) a participação dos administradores no lucro social em valor até o teto legal admitido;
- (iii) 5% (cinco por cento) para formação de fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- (iv) pagamento de dividendo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por ações preferenciais Classe “A”, dividendo a ser entre elas rateado igualmente; se o montante do dividendo obrigatório de que trata o Artigo 33 exceder dos dividendos prioritários das ações preferenciais classe "A", o excesso será aplicado na seguinte ordem:

- (a) pagamento de dividendo às ações ordinárias e às ações preferenciais classe "B" até 10% (dez por cento) calculado sobre a parcela do capital social constituída pelas ações ordinárias e pelas ações preferenciais Classe "B", dividendo a ser entre elas rateado igualmente, observado os direitos e vantagens atribuídos a cada espécie de ações; e
- (b) distribuição do dividendo adicional a todas as ações, ordinárias e preferenciais, observados os direitos e vantagens atribuídos a cada espécie de ações.
- (v) o saldo restante poderá ser levado, por proposta dos órgãos da administração, à reserva para investimentos (§3º), observado que eventual montante não destinado à referida reserva terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observada a proposta do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º – A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Artigo 33.

Parágrafo 2º – O Conselho de Administração deliberará sobre a forma de distribuição, entre Conselheiros e Diretores, da participação nos lucros a eles atribuída na conformidade deste artigo.

Parágrafo 3º - A reserva para investimentos a que se refere o inciso V do “caput” deste artigo terá por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. Para fins de clareza, a reserva também poderá ser servir, no todo ou em parte, a outras finalidades previstas em lei, tais como capitalização, absorção de prejuízos e/ou distribuição de dividendos aos acionistas.

Parágrafo 4º - O saldo da reserva a que se refere o inciso V do “caput” e das demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderão ultrapassar o valor do capital social.

Parágrafo 5º - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tiverem sido postos à disposição do acionista, revertendo em favor da Companhia, que poderá redistribuí-los.

Artigo 33 – A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404, de 15/12/1976.

Parágrafo 1º – O dividendo obrigatório compreende o dividendo prioritário das ações preferenciais classe "A".

Parágrafo 2º – Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante, com recursos de lucros do exercício em formação e/ou reservas de lucros, incluindo a reserva para investimentos; o valor do dividendo antecipado imputado ao dividendo obrigatório será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício, podendo o valor a compensar ser atualizado monetariamente. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.

Parágrafo 3º – O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do Art. 9º da Lei nº 9.249/95, poderá ser imputado, pelo seu valor líquido, ao valor do dividendo obrigatório de que trata o "caput" deste artigo, conforme faculta o § 7º do Art. 9º da referida lei.

Artigo 34 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração dividendos à conta de lucros ou de reservas de lucros (incluindo a reserva para investimentos), apurados em balanços patrimoniais anuais ou semestrais, bem como com base nos lucros apurados em balanço levantado em períodos que não o anual ou semestral, observadas as limitações legais. Os dividendos assim declarados poderão ser imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 33 deste Estatuto Social.

Artigo 35 – As demonstrações financeiras do exercício serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 36 – Os dividendos deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário pelo órgão competente, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

CAPÍTULO VII EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Artigo 37 – A Companhia poderá emitir debêntures nas condições aprovadas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, observados os termos da lei e o disposto neste Estatuto Social.

Parágrafo único – As debêntures poderão ser conversíveis em ações nas condições constantes da escritura de emissão, hipótese em que os acionistas terão preferência para subscrever a emissão de debêntures, exceto nas hipóteses de venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública.

CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO

Artigo 38 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo ao Conselho de Administração nomear o liquidante e fixar a sua remuneração.

Parágrafo único – Durante o período de liquidação o Conselho Fiscal não funcionará permanentemente, mas somente será instalado a pedido dos acionistas, nos termos da lei.

* * *